

A estrutura comparativa: um estudo sintático de carácter funcional

The comparative structure: a syntactic study from a functional perspective

Ana Alexandra Silva*

RESUMO:

O estudo que agora se apresenta pretende fazer a caracterização sintática da estrutura comparativa. A perspetiva a adotar baseia-se no constructo teórico preconizado por A. Martinet (1978, 1979, 1985, 1985b), E. Alarcos (1982, 1996), C. Hernández (1984, 1995) e S. Gutiérrez (1994, 1997a, 1997b). Sendo o estudo de cariz sintático, torna-se necessário proceder a uma identificação clara dos critérios a eleger, procedendo-se à análise da forma como as unidades se comportam, bem como os lugares funcionais que ocupam. Será efetuado um levantamento bibliográfico do conceito de que esta estrutura/construção tem sido alvo em diversas gramáticas, tanto de língua portuguesa, como de língua castelhana. A saber, Ali (1964), Cunha e Cintra (1987), Vilela (1995), Mateus (1989), Raposo (2013), C. Hernández (1984), Alarcos (1996). A perspetiva linguística foi fornecida por Narbona (1979, 1989) e Gutiérrez (1994, 1997a). Pretende-se demonstrar que a estrutura comparativa pode não ser veiculada, em exclusivo, por orações, daí a designação de *estrutura*. Considerou-se importante identificar os componentes formais, destacando as relações de determinação aí presentes, o que foi alcançado através da análise sintática de uma amostra selecionada de estruturas.

Palavras-chaves: estrutura comparativa, sintaxe, funcionalismo.

Recebido em 19 de agosto de 2022.

Aceito em 21 de dezembro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n65.1327>

* Universidade de Évora, aasilva@uevora.pt

Orcid: 0000-0002-2677-0164

ABSTRACT:

The purpose of this study is to provide a syntactic characterization of the comparative structure. The perspective chosen is based on the theoretical aspects advocated by A. Martinet (1978, 1979, 1985, 1985b), E. Alarcos (1982, 1996), C. Hernández (1984, 1995) and S. Gutiérrez (1994, 1997a, 1997b). Since this is a syntactic study, it is necessary to determine the criteria for analysing the behaviour of such linguistic units and, at the same time, to verify which functional places they can occupy. A literature review is conducted to determine how grammars, both of Portuguese and Castilian, consider comparative structure (Ali (1964), Cunha and Cintra (1987), Vilela (1995), Mateus (1989), Raposo (2013), C. Hernández (1984), Alarcos (1996)). The linguistic perspective has been provided by Narbona (1979, 1989), Fonseca (1993 and 1994) and Gutiérrez (1994, 1997a). Our intention is to show that comparative structure is not exclusively mediated by phrase, i.e., structure as an alternative concept. It was considered important to identify the formal components and to highlight the determining relations, which was achieved through the syntactic analysis of a selected sample of structures.

Keywords: Comparative Structure, Syntax, Functionalism.

Introdução

A estrutura comparativa integral, na gramática tradicional, as orações subordinadas adverbiais. Aí não se fala em estrutura, mas em *oração*, dizendo-se que a oração comparativa exprime uma comparação entre dois seres, duas coisas, dois estados. A tal classificação semântica contrapõe-se uma outra que pretende ser sintática, precisamente aquela que integra a estrutura nas orações subordinadas adverbiais comparativas. É esta dualidade que se irá explorar ao longo deste estudo, dando-se preponderância à sintaxe, e só se referindo a semântica de forma a estabelecer o contraponto com a primeira.

A sintaxe funcional baseia-se no facto de que o homem utiliza a língua para comunicar. O ser humano analisa a experiência de forma a comunicá-la e essa análise terá que ser feita consoante a função dos recursos da língua. A língua é concebida, deste modo, como, “(..) um instrumento de comunicação

segundo o qual, de modo variável de comunidade para comunidade, se analisa a experiência humana em unidades (...)” (MARTINET, 1985a, p. 24).

A. Martinet encara a sintaxe como “(...) l’examen de tout ce qui permet de restituer le sens global du message à partir de la succession des monèmes.” (MARTINET, 1979, p. 153) Especificando o conceito, acrescenta que a sintaxe é “(...) l’examen de la façon dont peuvent être exprimés des rapports existant dans l’expérience qui fait l’ object de la communication et que l’analyse en unités linguistiques et les contraintes imposées par la linéarité du discours pourraient tendre à oblitérer. On trouve donc bien (...) une conception fonctionnelle de la recherche linguistique.” (MARTINET, 1985b, p. 17) Segundo esta perspectiva, a sintaxe ocupar-se-á de todas as relações entre as unidades significativas “(...) sean de determinación (por ejemplo, relación del monema de plural con el sustantivo), o de coordinación, ya se establezcan entre “palabras” diferentes, o entre elementos de una misma “palabra.” (MARTINET, 1978, p. 182)

Sendo o estudo que se propõe levar a efeito de cariz sintático, proceder-se-á à análise da forma como as unidades se comportam no discurso, bem como os lugares funcionais que ocupam. De entre os critérios disponíveis, formal, semântico e misto (GUTIÉRREZ, 1997a, p. 11-12), optou-se pela utilização do critério formal e funcional para que se tornasse possível identificar sintaticamente as estruturas de tipo comparativo.

1. Metodologia

Proceder-se-á, de início, a uma introdução ao estudo da estrutura comparativa, de forma a apresentar os principais conceitos utilizados na análise deste tipo particular de construção. Dando continuidade ao estudo, enveredar-se-á pela análise da natureza sintática da estrutura comparativa em língua portuguesa. Esta parte será dividida em quatro pontos, nos quais se pretende abordar os diversos aspetos que envolvem o estudo da estrutura comparativa. Assim, num primeiro momento serão analisados os métodos

de análise que estão ao dispor do investigador para estudos nesta área. Num segundo momento, proceder-se-á a uma análise, ainda que não exaustiva, do conceito de oração, contrapondo-o com o conceito de estrutura, de forma a julgar da pertinência ou, da adequabilidade, de um ou de outro. O terceiro ponto será ocupado pela apresentação dos componentes formais da estrutura comparativa, elaborando-se, deste modo, uma análise sintática dos elementos que compõem a oração. Finalmente, um último ponto a abordar na análise da estrutura comparativa será o tipo de relações de determinação que ocorrem dentro da estrutura (coordenação ou subordinação).

Consequentemente, chegar-se-á ao levantamento das principais dificuldades que se foram colocando ao longo da elaboração deste estudo. O conceito de “pseudocomparativa” será analisado no sentido de determinar a sua pertinência, dentro de uma análise de cariz sintático. Serão, igualmente, levantadas algumas sugestões para a análise da estrutura em causa, de forma a, num último ponto, se abordarem os principais problemas que a estrutura comparativa coloca no domínio das relações de determinação.

2. A estrutura comparativa: breve enquadramento teórico

A análise das gramáticas disponíveis permite concluir que existe relativo consenso entre os estudiosos no que respeita a classificação das orações em substantivas e adjetivas, mas as adverbiais levantam algumas dúvidas (cf. ALI, 1964, p. 272). Também, se nas primeiras se verifica a preocupação em utilizar critérios sintáticos, isto é, formais, para a sua classificação, nas últimas tal já não acontece e o critério semântico acaba por prevalecer. Assim, costuma dividir-se as subordinadas adverbiais em *causais*, *concessivas*, *condicionais*, *finais*, *temporais*, *consecutivas* e *comparativas*. Sobre a distinção entre as adverbiais a gramática de Cunha e Cintra pouco ou nada adianta, destacando apenas: “COMPARATIVAS, se a conjunção é

subordinativa comparativa.” (CUNHA e CINTRA, 1987, p. 603), afirmação que é seguida de exemplos.

A *Gramática da língua portuguesa* de M. Vilela (1995) conseguiu suscitar algumas reflexões relevantes. M. Vilela refere que nos casos de subordinação existe uma relação sintática de dependência. Assim, “Todas as frases dependentes são chamadas subordinadas e a frase dominante, superior às subordinadas, é a subordinante.” (VILELA, 1995, p. 291) O autor não faz qualquer referência às construções comparativas, preferindo destacar a frase relacional, isto é, “(...) as que relacionam dois estados de coisas, mas em que um deles está subordinado a outro, explicitando-o, condicionando-o, restringindo-o.” (VILELA, 1995, p. 292)

A *Gramática da língua portuguesa* de Maria Helena Mira Mateus et al. (Mateus et al., 1989) preconiza uma orientação teórica e metodológica diferente daquela que é aqui utilizada, já que não se insere nem na corrente funcionalista, nem na corrente tradicional, mas na escola gerativista. Nesta gramática as “orações comparativas” estão integradas nas construções de subordinação. Estas são construções caracterizadas pelo encaixe de uma frase na outra, construções que estão articuladas por subordinação semântica e, ainda, construções de graduação (neste último grupo as autoras incluíram as orações comparativas).

A *Gramática do português* (2013) segue a linha teórico-metodológica de Mateus et al. identificando uma estrutura de subordinação designada como *relativa*. Justifica a sua escolha explicando: “Cada um dos dois termos da comparação é um sintagma de grau, ou de quantidade, que identifica um ponto de uma escala, e está associado a uma palavra/escala que identifica a escala ou domínio da quantificação.” (RAPOSO et al., 2013(b), p. 2148-2149). As construções comparativas de igualdade, superioridade e inferioridade serão, assim, identificadas, de acordo com o operador de grau que selecionarem.

Proceder-se-á, agora, a uma análise, ainda que breve, do que algumas gramáticas espanholas preconizam sobre este assunto.

A *Gramática funcional del español* de C. Hernández (HÉRNANDEZ, 1984) apresenta alguns importantes esclarecimentos sobre a estrutura comparativa. Começa logo por deixar muito clara a distinção entre o que é sintático e o que é semântico, referindo que o próprio nome “comparação” está situado no plano semântico. Fica-se, então, a saber que em qualquer comparação existem dois termos: aquele que é comparado (também chamado de primeiro membro da comparação) e a referência (o segundo termo da comparação). Estes dois irão funcionar sobre uma base, que poderá ser quantitativa, qualitativa, de modo, intensificadora, entre outros. C. Hernández resume desta forma as suas ideias: “(...) podemos confirmar que la comparación es una correlación, sobre una base o criterio, entre dos términos, el segundo de los cuales funciona como nexus adyacente del cuantificador que lleva el primero. Este elemento cuantificador y el segundo término se exigen mutuamente y, a no ser por reticencia (...) o ruptura intencionada de la estructura, deben aparecer los dos.” (HÉRNANDEZ, 1984, p. 132) Existe, na estrutura comparativa, segundo esta perspectiva, uma correlação em que os dois termos dependem sintaticamente um do outro, já que não se pode cortar um e manter o outro, sob pena de se alterar o sentido ou de se tornar a frase agramatical. Existe, portanto, uma interdependência sintática entre os dois segmentos que compõem a estrutura comparativa.

E. Alarcos, na *Gramática de la lengua española* (ALARCOS, 1996), defende que “Las comparativas se denominan así porque en ellas se comparan entre sí dos realidades o conceptos estableciendo su equivalencia o su desigualdad en lo que respecta a la cantidad, la calidad, la intensidad.” (ALARCOS, 1996, p. 341) E. Alarcos chama, depois, a atenção para o facto de haver três possibilidades no que respeita a comparação: a superioridade, a inferioridade e a igualdade. Na perspectiva de E. Alarcos as orações comparativas incluem uma “oração degradada” e, sendo assim, as orações comparativas não cumprem nenhuma das funções adjacentes do núcleo verbal, mas inserem-se dentro de um grupo nominal unitário.

S. Gutiérrez debruçou-se sobre a estrutura comparativa e dessa reflexão nasceram dois livros: *Estructuras comparativas* (GUTIÉRREZ, 1997a) e *Estructuras pseudocomparativas* (GUTIÉRREZ, 1994) Estes dois manuais trouxeram importantes questões e, em muito, contribuíram para a realização deste estudo. S. Gutiérrez atreveu-se a deixar cair por terra toda a gramática tradicional, empregando na análise das estruturas comparativas critérios bem definidos, os quais lhe permitiram proceder a uma análise rigorosa da construção em estudo. O próprio S. Gutiérrez não deixa, no entanto, de admitir a insuficiência de estudos neste campo, dizendo: “Las llamadas estructuras comparativas han recibido siempre escaso comentario por parte de los gramáticos tradicionales, quienes, en general, se limitan a realizar una clasificación (igualdad, superioridad, inferioridad), a ubicarlas entre las circunstanciales y a señalar los elementos formales que intervienen (más, menos... que, como).» (GUTIÉRREZ, 1997a, p. 9)

3. Análise sintática da estrutura comparativa

A estrutura comparativa é, normalmente, definida em termos semânticos, como uma correlação de elementos que se comparam de acordo com uma determinada base, que pode ser qualitativa ou quantitativa. Esta análise, que agora se pretende desenvolver, irá incluir diversos aspetos relacionados com a estrutura comparativa. Tais aspetos serão todos abordados visando uma análise sintática, de forma a tentar responder às seguintes questões:

- Quais os modelos de análise a adotar para um estudo sintático deste tipo de estrutura?
- Dever-se-á chamar estrutura comparativa ou oração comparativa?
- Quais os componentes formais da estrutura comparativa?
- A estrutura comparativa estabelece relações de coordenação ou de subordinação?

3.1 Modelos de análise da estrutura comparativa

Antes de se proceder ao estudo dos diversos aspetos que envolvem a estrutura comparativa, será conveniente iniciar-se por um esclarecimento dos critérios disponíveis para trabalhar com este tipo de estrutura.

Um primeiro critério passível de ser adotado é o semântico, em que se identificam todas as características de conteúdo que devem estar presentes numa estrutura comparativa. O outro critério denomina-se formal. Segundo este, chamam-se estruturas comparativas todas aquelas que obedecem a determinados esquemas formais, nomeadamente, o facto de serem compostas por dois segmentos, em que no primeiro aparece um intensificador, *mais*, *menos* ou *tanto*, e um segundo segmento introduzido por *que – de, como* ou *quanto*. Existe ainda um terceiro critério, que é o **misto**, no qual, como o próprio nome indica, se tenta identificar nas estruturas em análise certas características de conteúdo aliadas a determinados esquemas formais. Como se teve oportunidade de constatar no ponto 2 deste estudo, o critério mais utilizado, tanto por gramáticos como por linguistas, tem sido o critério semântico, pois privilegiou-se o apuramento das marcas de conteúdo que caracterizariam uma estrutura do tipo comparativo. Como já referido na Introdução, este estudo utiliza o critério sintático.

3.2 O conceito de *estrutura* vs. o conceito de *oração*

O conceito de oração foi um dos mais tratados na história da linguística, tendo recebido muitas definições. G. Rojo contou 228 (ROJO, 1978, p. 11). Ao longo da história este conceito foi alvo de variadíssimas aporções, grande parte delas intimamente relacionadas com o período da história linguística em que ocorreram¹. As definições de oração podem ser agrupadas de acordo com três critérios: umas centram-se mais na relação entre sujeito e predicado (ou na forma

1 Não será este o momento de se traçar um percurso histórico do conceito de oração. Para tal remete-se o leitor para a obra de Guillermo Rojo (ROJO, 1978, p.11-26).

verbal conjugada), outras na capacidade de esta expressar um juízo ou pensamento, e outras ainda no facto de terem sentido completo. S. Gili y Gaya distingue três níveis distintos: o gramatical, o lógico e o psicológico (GILI Y GAYA, 1969, p. 17-26), respetivamente, centrados nas relações sujeito-predicado, na expressão de um juízo e no seu sentido completo. Neste estudo adotar-se-á o ponto de vista gramatical, já que é aquele que se coaduna com o critério formal que se pretende seguir. Assim, a oração será encarada como uma unidade sintática cujo núcleo é um verbo conjugado (GUTIÉRREZ, 1997b, p. 40-44).

Antes de se avançar para a explanação dos conceitos de *oração* e *estrutura*, considera-se importante distinguir três termos: frase, oração e enunciado. A *frase* deverá ser entendida como qualquer produção dotada de sentido próprio; a oração é a frase que se constrói em torno de um verbo, isto é, possui um “predicado”; finalmente, o enunciado será uma produção composta por uma ou mais orações, de sentido pleno, e que no final apresenta uma pausa bem definida (KURY, 1964, p. 13-15).

Já Raposo define a frase como: “(I): uma frase é uma sequência de palavras gramatical que (i) tem um conteúdo proposicional; (ii) tem como elemento nuclear um verbo; (iii) esse verbo está no modo indicativo ou imperativo; e (iv) pode ser usada como um enunciado autónomo.” (RAPOSO et al., 2013(a), p. 312). No entanto, o conceito de frase não fica por aqui e é completado da seguinte forma: (II): numa construção sintática, uma frase é uma sequência de palavras gramatical, que tem um conteúdo proposicional e como elemento nuclear um verbo.” (RAPOSO et al., 2013(a), p. 314). O conceito de oração, definida enquanto construção sintática, “(...) é uma sequência de palavras gramatical, que tem um conteúdo proposicional e como elemento nuclear um verbo.” (RAPOSO et al., 2013(a), p. 314)². De seguida, pretende-se abordar com mais detalhe os aspetos relacionados com o termo oração.

2 Adverte-se para outras possíveis definições dos mesmos conceitos. Constate-se, por exemplo, as opiniões de Juan M. LOPE Blanch (BLANCH, 1983, p. 14-16) e Salvador Gutiérrez (GUTIÉRREZ, 1997b, p.40-65).

A. Martinet refere que a oração é o mais pequeno segmento perfeita e integralmente representativo (MARTINET, 1985(b), p.85-86), passível de ser analisado. Liberta o conceito de oração das suas definições mais lógicas e psicológicas, em prol de uma caracterização apoiada num critério formal e funcional.

A oração, de um ponto de vista sintático e funcional, poderá ser entendida da seguinte forma: “(...) existen funciones que podemos considerar privativas de la oración y que, en consecuencia, existe una oración cuando se detecta la presencia de elementos que desempeñan alguna de estas funciones.” (ROJO, 1978, p. 13-14). Dir-se-á, desde modo, que se está na presença de uma oração quando aí estão presentes o sujeito e o predicado. E. Alarcos avança que a palavra a que se chama verbo ou sintagma verbal, “(...) contiene dos unidades significativas entre las cuales se establece la relación predicativa: el sujeto y el predicado (...)” (ALARCOS, 1996, p. 256) E. Alarcos adianta, também, de forma a esclarecer o seu ponto de vista: “Los demás componentes que en la oración pueden aparecer en torno del núcleo son términos adyacentes, cuya presencia no es indispensable para que exista oración.” (ALARCOS, 1996, p. 257) Desta forma, pode considerar-se que o único elemento indispensável para que se possa denunciar a presença de uma oração é, realmente, o sintagma verbal, visto que neste já se encontra amalgamado o sujeito. E. Alarcos diz mesmo: “(...) para que haya oración basta la existencia del sujeto gramatical.” (ALARCOS, 1996, p. 266), o qual estará sempre presente no predicado, no sintagma verbal. Todos os outros termos que acompanham o predicado serão, utilizando a terminologia de E. Alarcos, termos adjacentes ou, se se preferir a terminologia de A. Martinet, dir-se-á que são expansões do enunciado mínimo.

Voltando à estrutura comparativa, recorde-se que as gramáticas consultadas, e já analisadas neste estudo falam sempre em *orações* comparativas, nunca em *estruturas* e partem da suposição de que se trata, efetivamente, de duas orações ligadas entre si por uma conjunção, sem atentarem, por um lado, no facto de poder ser apenas uma oração (só um

núcleo predicativo) em que o conector está presente, mas agora já não para ligar duas orações, mas dois sintagmas, duas palavras, ou, por outro lado, considerar que poderá ser apenas um segmento discursivo sem a presença do núcleo predicativo, uma frase. É isso que agora se pretende verificar. Para tal, será necessário não esquecer a definição de oração adotada: é a unidade composta por um verbo conjugado (onde o sujeito gramatical já está presente no sintagma verbal, não necessitando por isso de um sujeito lexical na forma expressa).

Considere-se três tipos de construções apresentados por S. Gutiérrez³: (GUTIÉRREZ, 1997a, p. 20-21)

(1) Trabalha mais que dorme

Trabalha mais - Segmento A composto por uma oração em que o verbo está conjugado na forma pessoal: 3ª pessoa do singular.

Que dorme - Segmento B composto pela partícula que encerra o ponto de referência da comparação; o verbo também está conjugado na 3ª pessoa do singular.

(2) Comprou mais livros que Pedro.

Comprou mais livros – O segmento A é composto pelo quantificador *mais* e por um verbo na forma pessoal, daí que se possa considerar este segmento uma oração.

Que Pedro – Este segmento B é apenas composto pela partícula que introduz o segundo termo da comparação e um sintagma nominal. De acordo com S. Gutiérrez este segmento deverá ser considerado oração, pois considera-se elíptico o verbo “comprar”, que só não aparece neste segmento por razões de economia linguística.

3 A exposição que se fez, embora tenha sido apoiada no trabalho de Gutiérrez, contém algumas diferenças em relação aos ensinamentos deste estudioso. Veja-se as páginas referenciadas para um confronto mais pormenorizado.

(3) Um romance mais divertido que inspirado.

Um romance mais divertido que inspirado – Este terceiro caso é mais complicado porque não existe nenhum núcleo predicativo, embora ele esteja subentendido (“ser”), mas nunca será demais frisar que a sintaxe não se apoia em suposições. Então, dever-se-á considerar esta construção uma verdadeira estrutura discursiva e não uma oração.

O exemplo (1) parece não levantar dúvidas quanto ao facto de se tratar de duas orações ligadas por um conector. Cada uma tem um núcleo predicativo (*trabalha e dorme*). A estrutura (2) possui apenas um núcleo, portanto, o segundo segmento deverá ser considerado uma frase, de acordo com a terminologia de E. Alarcos (Alarcos, 1996, p. 257). A estrutura (3) não possui qualquer núcleo predicativo, qualquer sintagma verbal, pelo que só poderá ser considerado, uma estrutura, nunca uma oração.

S. Gutiérrez toca num ponto muito importante: “(...) las estructuras comparativas no son necesariamente oracionales.” (GUTIÉRREZ, 1997a, p. 21) O exemplo em (3) é uma estrutura comparativa, mas não é uma oração comparativa. Daí que seja preferível adotar-se o nome de *estructuras comparativas*, visto que a comparação não é, necessariamente, veiculada por meio de orações. Sumariando, quando o segundo termo da comparação é um sintagma verbal não restam dúvidas que se trata de uma outra oração; já quando se trata de um sintagma nominal, adjetival ou adverbial já não se pode considerar a estrutura como composta por duas orações, mas somente por uma em que os termos se relacionam com um mesmo núcleo predicativo. Existem ainda a considerar segmentos discursivos, os quais não comportam nenhum núcleo predicativo e, por isso, não podem, de um ponto de vista formal, ser considerados orações.

Passe-se agora à análise dos elementos que caracterizam a estrutura comparativa.

3.3 Componentes formais da estrutura comparativa

S. Gutiérrez esclarece que “Las comparativas son estructuras de la lengua porque tienen naturaleza de signo: presentan un significado (“comparación”) unido solidariamente a un significante (estructuras del tipo **más... que, más... de**, etc.)” (GUTIÉRREZ, 1997a, p. 12) Considera-se, desta forma, que a comparação deverá ser entendida como um signo dotado de dupla face: o significado (o sentido veiculado incluirá uma comparação entre dois termos) e o significante (estruturas formais que se traduzem em segmentos como: *mais... que, menos... que*, etc.). Veja-se, então, quais os componentes formais da estrutura comparativa:

A) Toda a comparação é composta por dois segmentos: um segmento **A** e um segmento **B**.

(4) O João é mais alto		que a Maria.
Segmento A		Segmento B

O segmento **A** integra a quantificação, neste caso: “mais”, enquanto o segmento **B** o ponto de referência: “a Maria”. O conector *que*⁴ marca o início do segundo segmento. Deve, no entanto, considerar-se que *que* faz parte de um bloco “mais... que”, o qual está manifestado no enunciado de forma descontínua.

B) A presença de um elemento, um conector que semanticamente exprime a comparação, o qual aparece, por vezes, manifestado descontínuamente no enunciado. Surge, assim, no primeiro segmento da comparação, “mais”, “menos” e “tanto”, e no segundo segmento da comparação, “que”, “de”, “como” e “quanto”.

4 Optou-se por denominar o QUE de conector de forma a evitar enveredar por discussões que levariam a um afastamento do cerne deste trabalho. De referir, no entanto, que este QUE é denominado pela gramática tradicional de *conjunção* ou *locução conjuncional* (**mais... que**), enquanto a gramática de Alarcos o nomearia como *transpositor*.

(5) O Luís é **menos** inteligente **que** o irmão.

O Luís é **mais** inteligente **que** o irmão.

O Luís é **tão** inteligente **como** o irmão.

Repare-se que os primeiros elementos do segmento **A** são comutáveis entre si, facto indispensável para que se possam considerar verdadeiras estruturas comparativas.

C) Toda a estrutura comparativa tem um núcleo a que se chama *núcleo da estrutura comparativa* (elemento nuclear presente no segmento **A**). Este pode ser um sintagma verbal, um sintagma nominal, um sintagma adjetival ou um sintagma adverbial.

(6) O João *sabe* mais que o irmão mais velho.

(7) *Uma árvore* mais pequena que todas

(8) Mais *escuro* que breu.

(9) Mais *tarde* que o previsto.

O núcleo da estrutura comparativa (destacado a itálico nos exemplos (5), (6), (7) e (8) é o elemento que está imediatamente antes ou depois do quantificador comparativo.

D) Toda a estrutura comparativa tem um ponto de referência, que está presente no segmento **B** da estrutura comparativa. Os dois segmentos da estrutura estão intimamente ligados, e não se podem desligar um do outro sem lhe alterar o sentido original ou destruir a comparação. Existe uma relação de dependência semântica, ou melhor, de interdependência. Esta dependência, no entanto, só se verifica em termos semânticos e não em termos sintáticos.

(10 a) Trouxeram mais bolos que empadas.

(10 b) Trouxeram bolos

(10 c) Trouxeram empadas.

(11 a) Manuel envia mais cartas à namorada que postais à mãe.

(11 b) Manuel envia cartas à namorada.

(11 c) Manuel envia postais à mãe.

Estes dois enunciados são exemplares do que se acabou de explicar: o segmento A sobrevive e o segmento B também, mas o seu significado é alterado, já não existe uma comparação, porque não existe qualquer ponto de referência com o qual se estabeleça a ligação. Falta o elemento conectivo. Comprova-se, desta forma, a existência de uma estreita dependência entre os dois segmentos, mas esta é uma dependência estritamente semântica, pois a nível da sintaxe será diferente, como se terá oportunidade de constatar.

3.4 A estrutura comparativa: fenómeno de coordenação ou de subordinação?

Neste estudo houve a preocupação de definir o conceito de oração com o qual se pretendia trabalhar. É necessário, agora, distinguir dois outros conceitos: o de *oração simples* e o de *oração complexa* ou *composta*. Como reconhece J. Martínez: “No hay entre oración compleja y oración simples (...) otra diferencia que la que reside en la estructura interna de algunos de sus componentes.” (MARTÍNEZ, 1985, p. 121) Nesta perspetiva parece inútil falar em orações simples e orações complexas, pois estar-se-á a contradizer a própria definição de oração apresentada. As orações são sempre simples, já que para que se possa admitir a existência de uma oração é necessária a presença de um verbo conjugado; quando existem dois (ou mais) já não se deverá falar em oração, mas numa estrutura composta por duas ou mais orações. Segundo E. Raposo, a oração “(...) tem um verbo como elemento nuclear, exceto se for uma oração composta; nesse caso, cada uma das orações simples coordenadas que constituem a oração composta tem um verbo como elemento nuclear.” (RAPOSO et al., 2013(a), p. 317). Veja-se, agora, em que consistem os conceitos de coordenação e de subordinação.

É comum avançar-se, e em qualquer gramática consultada se encontra a mesma ideia, que a oração coordenada é um elemento independente enquanto a oração subordinada está dependente de outra, que lhe é hierarquicamente superior. “O processo gramatical da coordenação consiste em ligar duas ou mais estruturas por um operador (designado conjunção coordenativa na gramática tradicional), de tal modo que as expressões que são coordenadas desempenham conjuntamente uma função sintáctica na frase em que se inserem. Em geral, as expressões coordenadas são da mesma categoria sintáctica (...)» (PERES E MÓIA, 1995, p. 371) Note-se como J. A. Peres e T. Mória parecem ter a preocupação de falar em estruturas e não em orações. Os autores defendem, no entanto que, em certos casos, é possível coordenar segmentos de categorias sintáticas distintas (PERES E MÓIA, 1995, p. 371), embora não apresentem qualquer exemplo ou justificação que comprove tal assunção.

Na subordinação a gramática tradicional defende a existência de uma outra situação: “(...) nas frases complexas, a subordinação é a situação na qual se encontra a proposição que depende da principal (ou de outra subordinada que desempenha em relação a ela o papel de principal).” (DUBOIS, 1988, p. 576)

A. Martinet diz que se está perante uma estrutura coordenada quando a função do elemento acrescentado é igual à do elemento que já existe. Assim, suprimindo o elemento já existente, tal como a marca de coordenação, e deixando apenas permanecer o elemento acrescentado obtêm-se estruturas coordenadas (MARTINET, 1985a, p. 23)

A resposta para a distinção entre coordenação e subordinação passará sempre pela autonomia dos elementos que se lhe acrescentam. Nas subordinadas se o elemento conector for retirado, pelo menos um dos segmentos torna-se agramatical e o outro pode sofrer alterações de sentido.

(12 a) Quando voltares do café traz-me o jornal.

(12 b) *Voltares do café

(12 c) Traz-me o jornal. (Seria uma ordem que se dava ao interlocutor.)

A diferença entre coordenação e subordinação não está também, como a gramática tradicional costuma julgar, na natureza das conjunções empregues em cada caso, mas está antes no facto de a subordinada se incorporar na principal até se transformar num elemento sintático da primeira (GILI Y GAYA, 1969, p. 272-273). Na coordenação o elemento acrescentado desempenhará uma função análoga à do elemento pré-existente.

Veja-se, agora, o que se passa com as comparativas: será que existe ou não autonomia sintática? Estar-se-á perante uma estrutura coordenada ou uma estrutura subordinada? Muitos estudiosos têm-se debruçado sobre este assunto esgrimindo argumentos, ora em defesa da subordinação da estrutura comparativa, ora em defesa da coordenação, ora ainda em defesa de uma interdependência sintática entre os dois segmentos. Aponte-se algumas perspetivas.

A. Martinet na *Grammaire fonctionnelle du français* coloca-se ao lado das gramáticas tradicionais defendendo que a estrutura comparativa é, efetivamente, uma estrutura subordinada. A. Martinet chama-lhe proposição relacional, referindo que, tradicionalmente “(...) on les désigne souvent comme comparatives.” (MARTINET, 1979, p. 218) A. Martinet prefere o termo “relacional”, pois “il s’agit uniquement d’une confrontation entre deux faits, dont l’un est exprimé dans la principale et l’autre dans la subordonné.” (MARTINET, 1979, p. 218) A. Martinet acrescenta depois que o valor da relação neste tipo de proposição pode variar consoante os elementos presentes, “elle peut noter un rapport de conformité, d’équivalence, de proportionnalité, etc.” (MARTINET, 1979, p. 218) Esta análise parece incidir sobre os aspetos semânticos da estrutura e não sobre as suas características sintáticas.

E. Alarcos defende, nos *Estudios de gramática funcional del español* (Alarcos, 1982), que a estrutura comparativa é uma estrutura coordenada. E. Alarcos diz que num enunciado como *Pedro é mais alto que o pai*, temos duas possibilidades, ambas igualmente válidas. Primeiro, pode retirar-se os termos que precedem **que**: “Pedro é alto”; segundo pode eliminar-se os termos que seguem **que**: “Pedro é pai”. Então, segundo E. Alarcos, torna-se

imperativo reconhecer alguma semelhança entre “que” e “e”. Diz E. Alarcos, “La diferencia entre /que/³ y la conjunción /y/ estriba no en su función sintagmática sino en los valores semánticos de los términos que unem. Con /y/ se enlazam términos con el mismo grado de cuantificación, com /que/³ términos de distinto grado, o contrapuestos.” E. Alarcos continua, “Este /que/³ es, pues, una conjunción que une segmentos equifuncionales de cuantificación diferente, y exige para su aparición la presencia del cuantificador oportuno en el segmento precedente.” (ALARCOS, 1982, p. 272-273) No entanto, em 1996, E. Alarcos reformula a sua análise enquadrando as orações comparativas nas orações transpostas de relativo (ou adjetivo), pois “(...) no cumplen ninguna de las funciones adyacentes del núcleo verbal, sino que se insertan dentro de un grupo nominal unitario. (ALARCOS, 1996, p. 340) Considera-se, aí, que as orações comparativas (tal como as consecutivas, na perspetiva do autor), “no son outra cosa que oraciones degradadas, análogas a las relativas, com la diferencia de que su llamado antecedente es un cuantificador o una unidad cuantificada.” (ALARCOS, 1996, p. 341) O que difere agora na opinião de E. Alarcos é que, enquanto em 1982 defendia que se tratava de duas orações independentes, considerou em 1996 que se tratava de duas orações dependentes, onde o segundo membro da comparação, depende do quantificador presente no primeiro segmento da comparação.

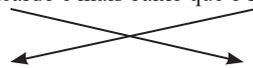
De acordo com C. Hoyos existem estruturas comparativas coordenadas e estruturas comparativas subordinadas. Para que se possa considerar a existência de orações comparativas coordenadas será necessário que as seguintes condições sejam respeitadas:

1. Cada uma das orações deve subsistir e ser inteligível por si só;
2. Têm as orações que possibilitar a troca;
3. Têm de apresentar um conector anafórico. (HOYOS, 1988, p. 453-454)

Na conceção proposta por C. Hoyos (1988) o conector anafórico iria permitir uma inversão dos termos comparados, isto é:

(13 a) O Ricardo é mais baixo que o Pedro.

(13 b) O Pedro é mais baixo que o Ricardo.



Esta será, na perspetiva da autora aqui tratada, uma condição essencial para que se possa considerar uma estrutura como comparativa coordenada. Na estrutura comparativa subordinada o conector já não será anafórico, mas prepositivo, o que implica a impossibilidade de troca. Esquematizando:

Estrutura comparativa coordenada

A → B

B → A

Ou

A ↔ B

Estrutura comparativa subordinada

A → B

Deste modo C. Hoyos apresenta duas características que se passarão a descrever: “Presencia de un cuantificador en el primer término y como enlace entre ambos un conector – relator, es decir, un relator. Posibilidad de inversión en los términos comparados.” (HOYOS, 1988, p. 452) A presença de um relator e a possibilidade de inverter os termos comparados são duas características indispensáveis para a identificação de uma estrutura comparativa coordenada.

Considera-se, assim, que a coordenação é a união de segmentos isofuncionais. Os dois segmentos coordenados gozam de independência sintática, ocupando a mesma posição funcional. A comutação pretende constituir prova desse facto. Na subordinação tal já não acontece, pois existe uma dependência sintática, sendo a função do elemento acrescentado diferente

da do elemento pré-existente. Tendo em conta estes dois fatores analisem-se alguns exemplos:

(14) Eles dançam tanto valsa como tango.

“valsa” e “tango” exercem a mesma função sintática: serão o complemento direto do sintagma verbal “dançam”. Nas palavras de E. Alarcos este complemento visa acrescentar algo mais sobre “(...) la actividad aludida por la raíz verbal.” (Alarcos, 1996, p. 277, isto é, discrimina-se o campo de aplicação do verbo “dançar”. Este complemento é também designado de implimento ou função F_2 segundo outras correntes funcionalistas (E. Alarcos para o primeiro e C. Hernández para o segundo⁵). Tudo isto leva à conclusão que se trata, efetivamente, de estruturas coordenadas, pois estas desempenham funções idênticas.

A comutação por zero também permite obter enunciados perfeitamente possíveis:

Eles dançam tanto valsa como tango.

Eles dançam \emptyset valsa \emptyset \emptyset ⁶

Eles dançam \emptyset \emptyset \emptyset tango.

Tudo parece convergir para uma interpretação da estrutura como coordenada. Efetivamente, os dois segmentos da comparação são perfeitamente autónomos, independentes. Partilham o mesmo núcleo, “dançar”, e desempenham as mesmas funções. Poder-se-ia mesmo dizer que o predicado “dançam” possui um complemento direto coordenado internamente. Parece que, deste modo, poder-se-á considerar que estruturas deste género serão estruturas coordenadas, já que cumprem os critérios formais definidos para esse tipo de estrutura.

5 Considerou-se que não seria relevante para o objetivo deste estudo proceder-se a uma análise das funções sintáticas como tal, daí que se remeta o leitor para informações suplementares sobre F_1 , F_2 , F_3 , e F_4 para Hernández, 1995, p. 147-160.

6 Ver Gutiérrez, 1997a, p. 28-32 – Nestas páginas S. Gutiérrez diz que o primeiro elemento da comparação deve permanecer. No entanto, considera-se que não se está a falar de duas partículas: *tanto* e *como*, mas apenas de uma *tanto... como*, que pode estar (ou não) manifestado descontinuamente.

(15) O João comprou mais livros que Pedro.

Neste exemplo a comparação surge não na quantidade de livros comprados, mas nos sujeitos dessa compra. “João” e “Pedro” têm funções idênticas. Tanto um como outro desempenham o papel funcional de sujeito. Ter-se-á, então, uma coordenação interna dos sujeitos da compra (ou F_p). Tal pode ser confirmado facilmente quando se procede à operação de comutação.

Ex.: “O João comprou mais livros que *eu*”

“O João comprou mais livros que *tu*” (etc.)

O segmento “Pedro” só é substituível por pronomes que desempenham a função sintática de sujeito.

A comutação por zero vai mostrar que, ao retirar o elemento conector (manifestado descontinuamente em *mais... que*), os dois segmentos conseguem sobreviver (ainda que suceda uma alteração de significado, isto é, perde-se o significado da comparação).

O João comprou mais livros que Pedro.

O João comprou \emptyset livros \emptyset \emptyset

O Pedro comprou \emptyset livros \emptyset \emptyset

As duas provas tornam clara a relação de coordenação que existe entre os dois segmentos da comparação. Nesta prova da comutação por zero perde-se algo do conteúdo semântico, a comparação, mas em termos sintáticos as estruturas são perfeitamente exequíveis. Comprova-se a existência de uma dependência semântica entre os dois segmentos da comparação, mas do ponto de vista sintático não existe qualquer dependência.

(16) Hoje de manhã choveu menos que ontem de tarde.

“Hoje de manhã” e “ontem de tarde” desempenham a mesma função sintática, isto é, ambos os segmentos serão, de acordo com a visão da

gramática tradicional, complementos circunstanciais⁷. E. Alarcos chamar-lhes-á adjacentes circunstanciais, sendo que estes assim se denominam porque são conteúdos marginais ao núcleo verbal e seus objetos. Também a presença ou ausência destes circunstanciais não modifica na sua essência nem a estrutura nem o sentido da oração (ALARCOS, 1996, p. 295). Nesta construção compara-se dois momentos diferentes em que um mesmo fenómeno ocorreu. “Hoje de manhã” e “ontem de tarde” serão um complemento circunstancial (ou F₄) coordenado de um mesmo predicado, o sintagma verbal “choveu”.

A comutação por zero vai mostrar que, ao retirar o elemento conector (manifestado descontinuamente em *menos... que*), os dois segmentos sobrevivem, isto é, mantêm a sua autonomia. (Ainda que haja uma alteração do significado.)

Hoje de manhã choveu menos que ontem de tarde.

Hoje de manhã choveu ∅ ∅ ∅ ∅

Ontem de tarde choveu ∅ ∅ ∅ ∅

Considera-se que nos casos que apresentem as características acima apontadas pode-se, com propriedade, falar em estruturas comparativas coordenadas. Casos em que o segmento acrescentado não desempenhe uma função equivalente à de um elemento pré-existente ter-se-á que admitir uma estrutura subordinada. J. Martínez considera que numa estrutura como “Pedro come mais que João”⁸, só será possível “que João” se este suceder a “mais”. Deste modo, na perspetiva desta autora “mais que João” é um complemento do predicado “come”. Assim, “Las estructuras comparativas se caracterizan por contener un segmento (elíptico o no) iniciado por que, unidade que presupone la presencia de una “especie de aditamento» (...) o bien la función adyacente adjectivo (...)” (MARTÍNEZ, 1985, p. 126-127) Enquanto J. Martínez defende que o elemento introdutor do segundo segmento da comparação

7 Ou modificadores, caso se adote a nova Terminologia linguística para os ensinos básico e secundário. <http://dt.dge.mec.pt>

8 Exemplo retirado do artigo de J. Martínez, 1985, p. 125-126.

está subordinado ao quantificador presente no primeiro segmento, pensa-se, neste estudo, que os dois segmentos não deverão ser hierarquizados, pois os dois têm a mesma importância. Também S. Gutiérrez afirma que o segundo segmento se encontra subordinado ao quantificador presente no primeiro. Dever-se-á considerar *tanto... como*, *mais...que* ou *menos...que* como um bloco que nunca poderá ser separado sob pena de se obterem resultados viciados. O segmento *mais...que*, por exemplo, é um bloco onde os elementos constituintes partilham as mesmas funções. Poder-se-á mesmo avançar, como o faz C. Hernández, que entre os dois existe uma relação de interdependência sintática (HÉRNANDEZ, 1984, p.128-130), o que irá ocasionar não uma subordinação da estrutura em que se insere, mas uma coordenação, já que as funções que aparecem no segundo termo da comparação, são as mesmas que surgem no primeiro. Seguindo esta linha de pensamento não se pode concordar com E. Alarcos quando este defende que as orações comparativas são orações transpostas de adjetivo, considerando que estas só diferem das consecutivas pela presença do quantificador presente no primeiro segmento.

4. Algumas dificuldades de uma análise sintática da estrutura comparativa

4.1 O conceito de “pseudocomparativa”

Como se tem vindo a referir, muitas são as dúvidas quanto à caracterização exata do que deve ser considerado estrutura comparativa e do que não deve.

S. Gutiérrez no seu livro *Estructuras pseudocomparativas* (GUTIÉRREZ, 1994) ocupa-se precisamente daquelas estruturas que são consideradas comparações, mas que, na sua perspetiva, não deverão ser considerados como tal: comparativas modais, estruturas aditivas, estruturas corretivas e comparativas temporais. Esta análise irá apenas contemplar os três primeiros tipos de estrutura, pois considera-se serem aqueles que podem

ser transpostos para a língua portuguesa. Analise-se cada uma delas desde uma perspetiva sintática, para que daí possam surgir algumas conclusões:

- **As comparativas modais:**

(17) O Filipe está **tão** triste **quanto** o pai.

Esta estrutura apresenta todas os componentes formais da estrutura comparativa e, por isso, não se considera existir qualquer razão para que seja denominada “pseudocomparativa”. No entanto, uma estrutura como: “O Filipe está triste como o pai”, já não cumpre todos os requisitos, já que o segmento A não integra qualquer quantificação.

- **As estruturas aditivas:**

(18) Bebe **mais** líquidos **que** água.

(19) Bebe **mais que** água.

Estas estruturas adotam o esquema formal da comparação, mas apresentam diferenças tanto ao nível da forma, como do conteúdo. Normalmente, resultam de uma oposição, podendo assumir uma forma plena em que “mais” determina um sintagma nominal explícito, como em (18), ou uma manifestação abreviada em que entre “mais” e “que” não há um sintagma explícito, como em (19).

- **As estruturas corretivas:**

(20) Mais que inteligente, ele é esperto.

A estrutura apresentada acima não permite a comutação com “menos que” e “tanto como”: *Menos que inteligente, ele é esperto; *Tanto como inteligente, ele é esperto.

O segundo segmento não integra qualquer ponto de referência, nem está presente o conector que semanticamente exprime a comparação. De um ponto de vista sintático, uma estrutura com estas características formais não poderá ser considerada uma construção comparativa.

Raposo et al. (2013) defendem que há construções que podem suscitar alguma confusão com as comparativas que indicam grau. São estas as orações relativas de modo, construções conformativas e outras construções que apresentam uma semelhança de sentido com as verdadeiras comparativas (RAPOSO, 2013(b), pp. 2158-2159), apresentando, para ilustrar o seu ponto de vista, vários exemplos.

Considera-se que, de um ponto de vista sintático não há lugar para o conceito de “pseudocomparativa”, já que quando se analisa uma estrutura ou se está perante uma estrutura comparativa ou perante um outro tipo de estrutura. Efetivamente, se se tiver em conta os componentes formais da estrutura, o linguista deverá apenas proceder à confrontação da estrutura que pretende analisar com os componentes formais da estrutura comparativa, daí se tirando as devidas conclusões.

4.2 As relações de determinação

Depois de se ter debatido a coordenação e a subordinação da estrutura comparativa, resta agora levantar alguns problemas que se julgam pertinentes para o estudo das relações de determinação. Há que criar mecanismos que permitam, inequivocamente, separar aquilo que é uma estrutura coordenada do que é uma estrutura subordinada. Para tal será necessário definir critérios sintáticos que permitam distinguir os dois tipos de determinação. Consideraram-se dois critérios fundamentais para que uma estrutura pudesse ser definida como coordenada: **a)** a função do elemento acrescentado ser idêntica à de um elemento pré-existente; **b)** a comutação por zero permitir a confirmação da independência entre as duas orações. Tendo como base estes dois princípios julgou-se existir material para se poder afirmar a existência de relações de coordenação nas estruturas comparativas. Não se exclui, no entanto, a hipótese de existirem estruturas comparativas subordinadas (HOYOS, 1987, p. 470-473). Convém notar que nas estruturas analisadas não se verificou caso algum de dependência sintática, logo de subordinação.

Quando muito existirá uma dependência semântica, já que a semanticidade da comparação exige sempre dois termos. A falta de um destrói a comparação. No entanto, do ponto de vista sintático tal já não acontece, ou seja, não existe qualquer dependência sintática entre os elementos.

5. Conclusão

Neste estudo optou-se por usar um critério em particular, tentando ser, no decorrer da investigação, o mais fiel possível a ele. Os critérios formal e funcional foram aqueles considerados como mais adequados à análise sintática que se pretendia levar a efeito. Logicamente as conclusões a que se chegaram estiverem diretamente relacionadas com o critério adotado. Tentou-se afastar interpretações de natureza semântica, no que respeita àquilo que poderia, ou não, ser considerado uma estrutura comparativa. Para tal muito contribuíram os componentes formais descritos.

Será neste momento importante destacar algumas das ideias mestras que orientaram este estudo. Considerou-se que seria preferível intitular o objeto deste estudo por **estrutura comparativa** e não por oração comparativa, já que nem sempre a comparação é veiculada através de orações. Foi também importante apontar os componentes formais deste tipo de estrutura para que estas pudessem ser facilmente identificáveis de um ponto de vista sintático. A estrutura comparativa sofre ainda relações de determinação, que poderão ser de coordenação ou de subordinação conforme a natureza dos elementos que a constituem. Houve neste estudo a opção pela análise daquelas estruturas que mostravam cumprir os requisitos formais de uma estrutura de tipo coordenada, sendo estes a isofuncionalidade dos segmentos que se comparam e a independência de cada um dos mesmos. Julgou-se ainda pertinente destacar três problemas diretamente relacionados com a comparação. O primeiro dizia respeito ao conceito de “pseudocomparativa”, tal como apresentado por S. Gutiérrez, chegando-se à conclusão de que numa análise sintática não haverá lugar para “pseudocomparativas”, porque a estrutura ou

é comparativa (porque cumpre os requisitos formais), ou não é. Finalmente, consideraram-se as relações de determinação a que a estrutura comparativa está sujeita, tentando apresentar-se os elementos que caracterizam uma estrutura comparativa coordenada.

É evidente que as explicações avançadas não estão isentas de serem questionadas. Não se pretende, neste momento, resolver todas estas questões, até porque como muito bem o colocou A. López, a ciência não é outra coisa senão “(...) revisión indefinida de opiniones ajenas emitidas en el intento de captar un material siempre huidizo.” (LOPÉZ, 1983, p. 327) Este conceito de “material fugidio” parece especialmente adequado para o estudo da comparação, tal como foi aqui empreendido. É preciso que se proceda a uma análise rigorosa da estrutura comparativa, separando claramente critérios formais (sintáticos), critérios semânticos e, inclusive, critérios pragmáticos.

Referências Bibliográficas

ALARCOS, E. **Estudios de gramática funcional del español**. 3. ed. Madrid: Editorial Gredos. 1982.

ALARCOS, E. **Gramática de la lengua española**. Madrid: Espasa/Calpe, 1996.

ALI, M. S.: **Gramática histórica da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos. 1964 (3ª edição).

BEINHAUER, W. La comparación. In: **El español Coloquial**. 3. ed. aumentada y actualizada. Versión española de Fernando Huarte Morton. Madrid: Editorial Gredos, 1978, pp. 297-323.

CUNHA, C. e L. F. Lindley CINTRA. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa. 1987.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de lingüística**. 3. ed. São Paulo: Editora Cultrix. 1988.

GILI Y GAYA, S. **Curso superior de sintaxis española**. 9. ed. Barcelona: Biblograf, S.A. 1969.

GUTIÉRREZ, S. **Estructuras comparativas**. 2. ed. Madrid: Arco/Libros, 1997^a.

GUTIÉRREZ, S. **Estructuras pseudocomparativas**. Madrid: Arco/Libros. 1994.

GUTIÉRREZ, S. **La oración y sus funciones**. Madrid: Arco/Libros, S.L. 1997^b.

HERNÁNDEZ, C. **Gramática funcional del español**. Madrid: Editorial Gredos, 1984.

HERNÁNDEZ, C. **Nueva sintaxis de la lengua española. (Sintaxis onomasiológica: del contenido a la expresión)**. Salamanca: Ediciones Colegio de España. 1995.

HOYOS, C. Algunos aspectos del castellano del siglo XIV. In: **Actas del I Congreso de Historia de la Lengua Española**. In Azira, M, A. Salvador, A. Viudas (Eds). (1987) Actas del I Congresso Internacional de História de la Lengua Española. Cáceres, 30 de marzo – 4 de abril de 1987, I. Madrid: Arco Libros. 1988, p. 449-473.

KURY, A. G. **Lições de análise sintáctica**. teoria e prática. 3. ed. revista. Rio de Janeiro: Editôra Fundo de Cultura. 1964.

LOPE, J. M. **Análisis gramatical del discurso**. México: Universidad Nacional Autónoma de México. 1983.

LÓPEZ, A. **Estudios de lingüística española**. Barcelona: Editorial Anagrama. 1983.

MARTINET, A.: **Elementos de linguística geral**. Tradução portuguesa de Jorge Morais Barbosa. 10 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed.,1985^a.

MARTINET, A.: **Estudios de sintaxis funcional**. Versión española de Esther Diamante. Madrid: Editorial Gredos, 1978.

MARTINET, A. **Syntaxe générale**. Armand Colin: Paris. 1985^b.

MARTINET, A. (sous la direction de). **Grammaire fonctionnelle du français**. 2^{éd}. Revue. Paris: Crédif, 1979.

MARTÍNEZ, J. Algunas oraciones complejas y sus transpositores. In: **Lecciones del I y II Curso de Lingüística (1983 y 1984)**. Oviedo: Universidade de Oviedo. 1985, p.121-129. 1985.

MARTINS, N. S. Meios de exprimir a comparação no Português atual do Brasil. In **ALFA**, FUCL de Marília. Departamento de Letras, n. 12, 1967, p.179-224.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. **Gramática da língua portuguesa**. 4. ed. Lisboa: Editorial Caminho. 1989.

NARBONA, A. J. **Las subordinadas adverbiales improprias. Bases para su estudio**. Málaga: Librería Ágora. 1979.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora. 1997.

PERES, J. A.; MÓIA, T. **Áreas críticas da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

RAPOSO, E. B. Paiva et al. **Gramática do português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v. II, 2013.

ROJO, G. **Claúsulas y oraciones**. Verba, Anuario Gallego de Filologia, Anejo 14. Santiago de Compostela: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago. 1978.

VILELA, M. **Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase e gramática de texto**. Coimbra: Livraria Almedina. 1995.